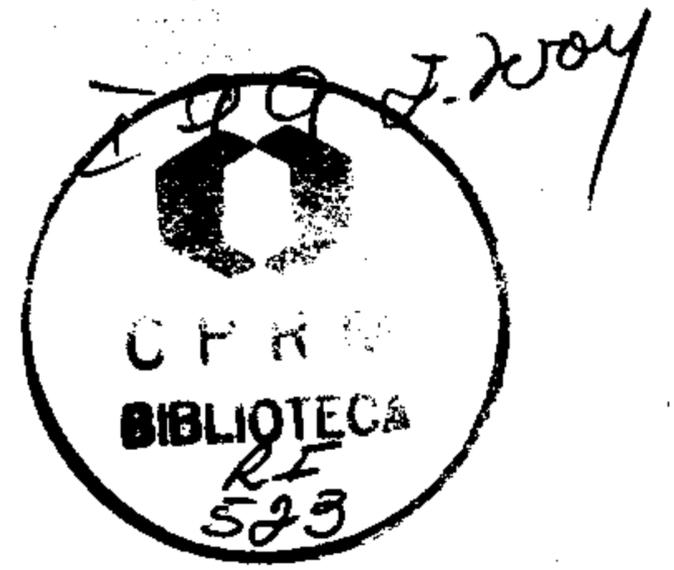


Tombo 002207



Relatório da Administração

1987

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Antônio Aureliano Chaves de Mendonça – Ministro de Estado

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Carlos Bôa Nova – Presidente

Ney Webster Araujo	Fernando Meirelles de Miranda
Getúlio Lamartine de Paula Fonseca	Hermes Augusto Verner Inda
José Belfort dos Santos Bastos	José Alberto de Assumpção
Rex Nazaré Alves	Paulo Antonio Carneiro Dias

DIRETORIA EXECUTIVA

José Carlos Bôa Nova – Presidente

Fernando Meirelles de Miranda	José Alberto de Assumpção
Hermes Augusto Verner Inda	Paulo Antonio Carneiro Dias

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS SUPLENTEs

Domingos Marques Grello	Francisco Paulo Pinheiro
Kleber Farias Pinto	Roberto Farias de Menezes
Jeronymo Machado Sobrinho	José Alberto de Hasselmann Rabello

Senhores Acionistas

O Conselho de Administração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais submete à apreciação de V.Sas. o Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 1987, estas últimas acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

SÍNTESE DO PERÍODO

O expressivo lucro operacional registrado no Balanço, o qual representa mais de 16% da Receita Bruta auferida em 1987, assinala este ano como um marco de grande significado na história recente da Companhia. Além do resultado em questão, que é eloqüente em si mesmo, todos os demais índices de desempenho empresarial apontam para uma crescente consolidação econômico-financeira da CPRM, com projeções ainda mais animadoras para o futuro.

Bom exemplo dessa evolução constitui a taxa de custos indiretos, fator absolutamente crítico em uma empresa de prestação de serviços, e que mostra uma regressão indiscutível nos últimos três anos, como nítido reflexo das medidas de contenção de despesas e de saneamento gerencial adotadas a partir de 1985. Calculado pela razão Custo Indireto/Custo Direto, esse sensor exhibe os seguintes números:

1985 –	1,12
1986 –	0,79
1987 –	0,66

Também o grau de endividamento da Empresa, obtido pela relação Dívida Total/Faturamento Anual – sendo o numerador referente a operações de crédito contratadas no Brasil e no exterior – vem caindo de maneira notável a cada ano, como se pode observar abaixo:

1985 –	0,24
1986 –	0,16
1987 –	0,09

Outros indicadores de alta sensibilidade, como o Índice de Liquidez Geral e a Margem Operacional Líquida, são igualmente reveladores de uma progressiva recuperação do estado de saúde empresarial da CPRM. Tais referências, que convergem com os dados anteriores, estão listadas a seguir:

	<u>1984</u>	<u>1985</u>	<u>1986</u>	<u>1987</u>
Índice de Liquidez Geral –	1,03	1,09	1,20	1,32
Margem Operacional Líquida –	0,04	–	0,19	0,32

Outro aspecto a ser ressaltado, como relevante no período, é o da atenção permanentemente voltada, por parte da Diretoria, para a redução do excesso de pessoal ainda existente no quadro funcional da Companhia. O esforço no combate a essa moléstia crônica do aparelho estatal brasileiro vem surtindo efeitos extraordinários na CPRM, que teve diminuída a sua lotação em 211 empregados no decorrer de 1987. Se for somado esse número ao das dispensas verificadas em 1986 e 1985, chega-se a um total de 974 empregados a menos na folha de pagamento da casa, o que corresponde a um enxugamento de 26% em relação ao contingente originalmente encontrado. É bom lembrar que o faturamento da Empresa de modo algum foi afetado por essa contração de efetivo; muito ao contrário, o que se pode observar, de 1985 a 1987, é um aumento de 38,6% na Receita de Prestação de Serviços, considerada em valores de moeda constante.

Diante da expectativa favorável desses números, a atual Administração teve condições de programar, ainda no decorrer de 1987, uma série de medidas de real interesse para os empregados da Companhia, tais como um novo Plano de Cargos e Salários, a criação de uma entidade de previdência complementar (MINERIUS) e a extensão do Auxílio-Alimentação para o pessoal lotado nas diversas áreas regionais. Essas providências deverão ser implementadas no primeiro trimestre de 1988.

PRINCIPAIS ATIVIDADES SETORIAIS

MAPEAMENTO BÁSICO

A CPRM prosseguiu a execução do Programa de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil (PLGB), com recursos recebidos diretamente do Governo Federal, através do Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM.

Iniciado no segundo semestre de 1985 e com duração prevista até 1999, esse Programa se destina a produzir um conjunto de informações infra-estruturais de suporte para o planejamento estratégico do País, tais como mapas geológicos em diversas escalas, levantamentos aerogeofísicos, cartas metalogenéticas e previsionais, mapas de recursos hídricos subterrâneos e um inventário preliminar dos recursos naturais da região do Grande Carajás.

No âmbito desse amplo leque de projetos, os trabalhos de maior destaque em 1987 foram os seguintes:

- 1 – Mapeamento Geológico em 7 folhas, escala 1:250.000 (117.000km²), na área do Projeto Grande Carajás; em 75 folhas, escala 1:100.000 (204.780km²), distribuídas por 17 estados da Federação; e em 9 folhas, escala 1:50.000 (7.140km²), situadas nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- 2 – Integração Geológica nas regiões metropolitanas de São Paulo e Curitiba, em escala 1:50.000.
- 3 – Reconhecimento Geológico no Extremo Noroeste do Brasil (Projeto Alto Rio Negro), escala 1:100.000, em área de 73.200km².
- 4 – Levantamentos Aerogeofísicos na Amazônia, desenvolvidos na região do Grande Carajás (150.000km²), no Extremo Noroeste do Brasil (155.000km²) e na Província Aurífera do Médio Tapajós (43.000km²).
- 5 – Impressão e entrega, ao DNPM, de 14 folhas, escala 1:250.000, de Mapas Metalogenéticos e de Previsão de Recursos Minerais, correspondentes a regiões do Distrito Federal e dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- 6 – Impressão e entrega, ao DNPM, de 4 folhas, escala 1:100.000, de Mapas de Previsão de Recursos Hídricos, referentes a áreas dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia e Minas Gerais.
- 7 – Acréscimo de 90.000 registros ao acervo do Sistema de Informações Geológicas do Brasil – SIGA, e implantação, no mesmo programa, da Base de Dados Paleontológicos – PALE, já com 10.000 informações cadastradas.
- 8 – Publicação e divulgação ampla, através do Serviço de Edições Técnicas, de 20 títulos de grande interesse para a geologia brasileira.
- 9 – Realização de mais de 250 eventos de treinamento durante o período, com o objetivo de aperfeiçoamento técnico dos profissionais envolvidos na realização do Programa de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil.

PESQUISA MINERAL

Em 1987, aprofundou-se o processo de reestruturação do aparelho interno de pesquisa própria da CPRM, com base em dois vetores principais:

- 1 – Análise rigorosa do patrimônio mineral acumulado com vistas à remoção dos excessos preexistentes, o que vem levando ao descarte sistemático de áreas anteriormente requeridas sem critério definido. Como resultado desse trabalho, o número de títulos da Companhia, registrados no DNPM, passou de 1.293 para 1.148 durante o último ano, o que equivale a uma redução efetiva de 11%.

- 2 – Redirecionamento progressivo do foco da pesquisa mineral da Empresa, que até 1985 esteve fortemente centrado em áreas aluvionares, para prospectos de mineralização primária, ainda hoje pouco visados no País. Dada a necessidade de sua investigação através de procedimentos técnico-científicos modernos, torna-se evidente que tais alvos – e não os da preferência garimpeira – devam receber o interesse prioritário de uma empresa governamental do porte da CPRM, a quem cabe a responsabilidade de conduzir programas institucionais de pesquisa mineral.

Em termos de operações de campo, 30 projetos tiveram andamento durante o período, objetivando ouro (14), diamante (4), fluorita (3), metais básicos (2), cassiterita (2), terras raras (2), fosfato (1), carvão (1) e turfa (1).

A pesquisa de ouro concentrou os esforços principais em áreas do Rio Grande do Norte, Bahia e São Paulo. Neste último estado cabe uma referência especial a trabalhos em andamento no Vale do Ribeira, onde foi detectada uma importante mineralização aurífera primária, de caráter polimetálico e ambiência vulcanogênica, cujos teores, até agora verificados, abrem perspectivas muito favoráveis quanto à possibilidade de caracterização de uma nova jazida de ouro na região.

No que se refere a metais básicos, as reservas dimensionadas em Palmeirópolis, Goiás, elevaram-se a 5,7 milhões de toneladas de minério, com 4,31% de zinco, 1,19% de cobre e 0,67% de chumbo, além de teores também significativos de prata e cádmio.

A rocha fosfática de Miriri, na região litorânea da Paraíba, foi objeto de ensaios tecnológicos com vistas ao seu aproveitamento como insumo para fertilizantes. Essas reservas são da ordem de 21 milhões de toneladas, com teores entre 8 e 22% de P_2O_5 .

Quanto a recursos energéticos, vale o registro da pesquisa de turfa em andamento na região de Campos, Estado do Rio de Janeiro. Resultados preliminares apontam uma estimativa de reservas de 4,7 milhões de toneladas de turfa seca, com poder calorífico de 5.150 kcal/kg.

SONDAGEM

No presente exercício, os serviços de sondagem da CPRM alcançaram um total de 45.320 metros perfurados. Desse número, 64% foram executados com equipamentos "rotary", 31% com máquinas rotativas a diamante, e os 5% restantes com sondas "Banka" ou trados manuais. Vale sublinhar que, do resultado anual mencionado, 23.000 metros (51,5%) correspondem a poços destinados a captação de água subterrânea.

Considerada em seu conjunto, a atividade de sondagem proporcionou, em 1987, uma receita da ordem de Cz\$ 438 milhões, o que representa cerca de 20% do faturamento global da Companhia no mesmo período. Dos 56 contratos realizados, merece especial destaque o que se firmou com o DNOCS, para quem a Empresa desenvolve um vasto programa de escavação de poços para produção de água no vale do rio Gurguéia, Piauí – no contexto de um projeto de

grande envergadura financiado pelo Ministério da Irrigação. Cumpre também registrar, por ordem de valores, os trabalhos executados para o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (água subterrânea), SALGEMA (evaporitos em Alagoas), Minerações Brasileiras Reunidas – MBR (minério de ferro em Minas Gerais) e DOCEGEO (carvão no Rio Grande do Sul).

HIDROLOGIA

Tiveram prosseguimento os trabalhos de operação e manutenção da Rede Hidrometeorológica Básica do País, realizados pela CPRM através contrato com o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE. Das 2.261 estações dessa rede, 66 estão equipadas para teletransmissão de dados hidrométricos em tempo real, o que permite a monitoração, em 8 bacias hidrográficas do território brasileiro (São Francisco, Doce, Ribeira do Iguape, Iguazu, Itajaí, Gualba e Uruguai), do “Sistema Nacional de Alerta contra as Cheias”, implantado pela Companhia desde 1985.

NEGOCIAÇÃO DE DIREITOS MINERÁRIOS

Como coroamento de um longo processo de negociação, iniciado através de Oferta Pública, foi concluída a operação de venda, para a Companhia de Cimento Portland Poty (Grupo Votorantim), da jazida de calcário de Aveiro, Pará. O fechamento desse negócio tem um grande significado econômico para toda a região, pois dará condições, àquela empresa, de implantar uma indústria para produção de 500 mil toneladas/ano de cimento no Médio Tapajós.

Outras possibilidades de negócios estiveram em discussão em 1987, envolvendo direitos minerários constantes da carteira de oportunidades da CPRM. Nesse particular, devem ser ressaltados os entendimentos havidos com diversas empresas privadas nacionais a respeito da jazida de sulfetos polimetálicos de Palmeirópolis, Goiás, onde a CPRM prossegue com seus trabalhos de pesquisa complementar.

Da mesma forma, a turfeira de Santo Amaro das Brotas, Sergipe, estrategicamente situada junto ao Centro Industrial de Barra dos Coqueiros, em frente a Aracaju, tem despertado a atenção continuada de grupos industriais locais. Mais recentemente, o próprio Governo do Estado formalizou seu interesse quanto à aquisição dessa reserva para a CODISE – Companhia de Desenvolvimento Industrial de Sergipe.

Ainda durante o exercício, foram estabelecidos contatos preliminares com empresa de mineração do sul do País, interessada no aproveitamento da grande jazida de caulim do rio Capim, Pará. No momento, estão em curso ensaios tecnológicos com amostras recolhidas na área em apreço, cujos resultados certamente definirão os rumos para a futura comercialização do depósito.

SERVIÇOS NO EXTERIOR

Tendo a África e a América Latina como principais campos de atuação, a CPRM continuou a perseguir a oportunidade de realização de mais serviços no exterior, onde opera como verdadeira cunha de abertura de novos mercados para empresas brasileiras de projetos, de engenharia, de exportação de equipamentos, de consultoria etc.

Na Tunísia, a Empresa participou de concorrência pública internacional para a criação de um sistema de gerenciamento e processamento de dados geoquímicos no "Office National des Mines - ONM", bem como para a formação de pessoal especializado. Essa licitação encontra-se, presentemente, em fase de julgamento.

Após a interdição, por razões de ordem militar, da área de operações do Projeto Aerogeofísico da Líbia, segue em andamento a fase de interpretação e integração dos dados obtidos nos 77.500km de linhas de vôos. Os resultados finais serão apresentados em bases cartográficas nas escalas 1:250.000 e 1:100.000, confeccionadas através das imagens do satélite Landsat 5 TM, que estarão disponíveis na CPRM no próximo ano. O relatório final do projeto deverá ser entregue ao "Lybian-Arab Brazilian Joint Group" em fins de 1988.

No segundo semestre, missões técnicas da CPRM marcaram presença em Moçambique e Angola, com o objetivo de agilizar os contratos de prestação de serviços em perspectiva nos dois países. A visita a Moçambique, patrocinada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, deu oportunidade a que o representante da Companhia fizesse uma verificação pessoal da *área produtora de carvão de Moatize, Província de Tete*, e também pudesse avaliar as instalações de embarque no porto da Beira. Em que pese a difícil conjuntura política por que passa aquele país, novas negociações foram entabuladas com o Gabinete do Plano de Carvão, recentemente institucionalizado pelo Ministério dos Recursos Minerais de Moçambique.

A viagem a Angola, incluindo uma inspeção "in loco" da área onde deverão se desenvolver os trabalhos de pesquisa de diamante, no curso médio do rio Kwanza, conduziu a uma completa reformulação do projeto anteriormente apresentado. A nova proposta técnica, acompanhada de uma segunda versão do orçamento, vem de ser submetida à ENDIAMA - Empresa Nacional de Diamantes de Angola, no mês de janeiro de 1988.

Com relação à América Latina, prosseguiram as negociações, no Uruguai, para a perfuração de 3 poços profundos destinados à produção de água termal nas cidades de Salto e Paysandu. A execução desse serviço, que foi objeto de concorrência internacional anteriormente vencida pela CPRM, faz parte de programa já aprovado pela autarquia federal "Obras Sanitárias del Estado" e pelo Ministério do Turismo uruguaio.

Outra representação técnica da Companhia visitou a Colômbia em dezembro último, em decorrência de conversações mantidas com o Ministro das Minas e Energia daquele país e com o presidente da "Empresa Minera de Guainia", quando da estada de ambos no Brasil, no segundo semestre de 1987. Os dirigentes da referida estatal colombiana manifestaram grande interesse em obter consultoria nacional para os seus programas de pesquisa de ouro na "Serrania

de Naquén”, situada na região amazônica, junto à fronteira com o Brasil. Os entendimentos sobre esse assunto se processam no momento presente, tendo a CPRM encaminhado orçamento preliminar para uma primeira fase de prestação dos serviços solicitados.

TECNOLOGIA MINERAL

As gestões para a institucionalização do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM, conduzidas, a partir do segundo semestre de 1987, pela assessoria do próprio Ministro Aureliano Chaves, caminhavam para uma solução definitiva no final do período, através da fórmula de criação de uma sociedade civil por quotas, com a participação de todas as empresas de vocação mineral do MME, além do próprio DNPM.

Em termos de trabalhos técnicos, o CETEM deu continuidade a seus programas de beneficiamento de minérios e metalurgia extrativa, de interesse dos mineradores em geral.

Nove projetos foram contratados com empresas da área minero-metalúrgica, referentes a estudos tecnológicos, serviços de consultoria e implantação de processo em escala industrial.

Para a área governamental realizaram-se 23 serviços, 8 dos quais financiados inteiramente pelo DNPM e os 15 restantes co-patrocinados por este organismo e pela FINEP.

ASPECTOS FINANCEIROS

ANÁLISE DO RESULTADO

O bom resultado da Companhia, em 1987, se evidenciou pelo lucro operacional alcançado de Cz\$ 360.273 mil. Essa cifra representa um progresso de 462% em relação ao exercício anterior, o que supera amplamente o índice de correção monetária verificado no período.

Devem ser também assinalados, como indicadores da firme política saneadora adotada pela atual Administração, os reduzidos valores de crescimento, quando comparados aos de 1986, das despesas administrativas e financeiras – ambos da ordem de 173%, consideravelmente abaixo da taxa de inflação registrada.

Cumpra ainda ressaltar que a Empresa não só honrou todos os seus compromissos, inclusive aqueles correspondentes a operações de crédito no Brasil e no exterior, como também conduziu suas atividades, em um ano economicamente conturbado, sem recorrer a novas operações de financiamento.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Administração está propondo à Assembléia Geral a seguinte distribuição do resultado do exercício:

- I – Constituição da Reserva Legal de 5%, no montante de Cz\$ 2.365.028,34 (dois milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, vinte e oito cruzados e trinta e quatro centavos), de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6404/76;
- II – Pagamento de dividendos aos acionistas detentores de ações preferenciais e ordinárias (Artigos 202 e 203 da Lei nº 6404/76 e Artigo 10 § 3º, 4º e 5º do Estatuto da CPRM), na seguinte forma:
 - 1 – 6% sobre sua participação no Capital Social aos detentores de ações preferenciais Cz\$ 7.736.256,99
 - 2 – 25% do lucro líquido rateado sobre sua participação no Capital Social aos detentores de ações ordinárias Cz\$ 10.023.862,21

Cz\$ 17.760.119,20
- III – Constituição de Reserva Especial de 0,5% sobre o Capital Social Integralizado corrigido, no valor de Cz\$ 5.985.246,35 (cinco milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e seis cruzados e trinta e cinco centavos), na forma do Artigo 61 do Estatuto da CPRM, destinada ao custeio de programas de pesquisas e de desenvolvimento tecnológico da Companhia;
- IV – Constituição de uma Reserva para Investimentos, no valor de Cz\$ 21.190.172,89 (vinte e um milhões, cento e noventa mil, cento e setenta e dois cruzados e oitenta e nove centavos), na forma do Artigo 196 da Lei nº 6404/76, para fazer face a parte do Programa de Investimentos da Companhia, previsto no Programa de Dispendios Globais, devidamente aprovado pela SEST.

AUMENTO DE CAPITAL

A Administração propõe que o Capital Social Integralizado de Cz\$ 273.495.510,81 (duzentos e setenta e três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e dez cruzados e oitenta e um centavos) seja elevado para Cz\$ 1.515.981.629,32 (hum bilhão, quinhentos e quinze milhões, novecentos e oitenta e um mil, seiscentos e vinte e nove cruzados e trinta e dois centavos), mediante a capitalização de Cz\$ 923.553.758,59 (novecentos e vinte e três milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, setecentos e cinquenta e oito cruzados e cinquenta e nove centavos), decorrentes da "correção monetária do capital", durante o ano de 1987 e da incorporação das seguintes reservas:

1 - Correção monetária do Ativo Imobilizado	Cz\$ 47.558.625,08
2 - Manutenção do Capital de Giro	<u>Cz\$ 271.373.734,84</u>
	Cz\$ 318.932.359,92

Finalmente, a Administração propõe a correção da expressão do Capital Autorizado de Cz\$ 349.599.605,79 (trezentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinco cruzados e setenta e nove centavos) para Cz\$ 1.937.825.518,33 (hum bilhão, novecentos e trinta e sete milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e dezoito cruzados e trinta e três centavos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração reafirma à Diretoria e aos empregados da Companhia a consideração de que são credores, pela dedicação manifestada no integral cumprimento de seus deveres durante o exercício encerrado. Vale-se ainda da oportunidade para agradecer aos senhores acionistas a confiança demonstrada, em especial ao Governo Federal, nas pessoas do Presidente da República Dr. José Sarney e do Ministro das Minas e Energia Dr. Aureliano Chaves.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1988

JOSÉ CARLOS BÔA NOVA
Presidente

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

(em milhares de cruzados)

	Em 31 de dezembro de 1987	Em 31 de dezembro de 1986
CIRCULANTE		
Bens numerários e depósitos bancários à vista	42.119	39.716
Títulos e valores mobiliários	70.280	94.301
Contas a receber	507.703	221.439
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	35.736	13.112
Financiamentos à pesquisa mineral	20.265	4.124
Fundo financeiro de pesquisa mineral	23.427	4.411
Imposto de renda a recuperar	628	1.578
Adiantamento a fornecedores	21.476	3.642
Adiantamento para despesas	33.037	6.475
Outros créditos	7.245	1.854
Depósitos e cauções	4.040	1.458
Projetos especiais com recursos próprios	-	289
Materiais	75.232	23.143
Despesas antecipadas	2.275	906
	<u>843.463</u>	<u>416.448</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	611.605	157.032
Provisão para riscos contratuais	(8.919)	(1.425)
Inversões financeiras	1.296	237
Adquirentes de direitos minerais	196.226	44.833
Fundo financeiro de pesquisa mineral	173.439	42.178
Financiamentos à pesquisa mineral	27.524	5.559
Direitos minerais a negociar	10	10
Outros créditos	4.222	464
Depósitos e cauções	720	198
	<u>1.006.123</u>	<u>249.086</u>
PERMANENTE		
Investimentos	21.581	4.447
Imobilizado	1.243.792	295.217
Diferido	350.296	609.486
	<u>1.615.669</u>	<u>909.150</u>
	<u><u>3.465.255</u></u>	<u><u>1.574.684</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

(em milhares de cruzados)

	Em 31 de dezembro de 1987	Em 31 de dezembro de 1986
CIRCULANTE		
Fornecedores	61.806	25.365
Financiamentos a pagar	167.207	29.773
Adiantamentos de clientes	85.751	127.135
Dividendos a pagar	18.214	2.325
Impostos e encargos sociais a pagar	102.576	22.627
Provisão para férias	81.864	18.714
Contas e despesas a pagar	24.488	12.136
Credores por aquisição de direitos minerais	17.420	5.720
Programa de mobilização energética	-	58
Depósitos e cauções	24.985	2.790
Provisão para imposto de renda	21.189	-
	<u>605.500</u>	<u>246.643</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	352.587	124.205
Financiamentos a pagar	118.378	67.187
Impostos e encargos a pagar	10.117	6.890
Fundo financeiro de pesquisa mineral	229.700	66.515
Créditos para aumento de capital	84.842	42.613
	<u>795.624</u>	<u>307.410</u>
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	<u>36.530</u>	<u>34.081</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital autorizado atualizado	1.530.146	349.600
Menos: Capital a subscrever	<u>333.096</u>	<u>76.104</u>
Capital realizado atualizado	1.197.050	273.496
Reservas de capital	745.837	700.448
Reservas de lucros	84.669	12.596
Lucros acumulados	45	10
	<u>2.027.601</u>	<u>986.550</u>
	<u><u>3.465.255</u></u>	<u><u>1.574.684</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(em milhares de cruzados)

	Em 31 de dezembro de 1987	Em 31 de dezembro de 1986
Receitas de prestação de serviços e de operações de pesquisas	2.238.715	679.538
Custo de prestação de serviços e de operações de pesquisas	<u>1.129.545</u>	<u>344.349</u>
Lucro bruto	<u>1.109.170</u>	<u>335.189</u>
Despesas (receitas) operacionais		
Financeiras (deduzidas de receitas – Cz\$ 350.580 mil – Cz\$ 24.406 mil em 1986)	85.791	31.366
Ajustes do programa de estabilização econômica	(687)	(2.352)
Gerais e administrativas	659.008	240.700
Honorários da Diretoria	<u>4.785</u>	<u>1.377</u>
	<u>748.897</u>	<u>271.091</u>
Lucro líquido operacional	360.273	64.098
Receitas (menos despesas) não-operacionais	<u>(319)</u>	<u>(198)</u>
Lucro (prejuízo) antes do efeito da correção monetária	359.954	63.900
Correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido	<u>(291.465)</u>	<u>(10.476)</u>
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda	68.489	53.424
Provisão para imposto de renda	<u>(21.189)</u>	<u>—</u>
Lucro líquido do exercício antes do item extraordinário	47.300	53.424
Item extraordinário (Nota 18)	<u>—</u>	<u>(39.090)</u>
Lucro líquido do exercício considerado o item extraordinário	<u>47.300</u>	<u>14.334</u>
Lucro por ação – Cz\$ (Em 1986 – por lote de cem ações)	<u>12,88</u>	<u>3,90</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 1986
(em milhares de cruzados)

	Capital realizado atualizado		Reservas de capital					Reservas de lucros						Total
	Capital subscrito	Correção monetária	Correção monetária do ativo imobilizado	Manutenção do capital de giro	Ações adquiridas em Tesouraria	Incentivos fiscais	Legal	Especial	Lucros a realizar	Desenvolvimento tecnológico	Retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 1985	50.608	111.017	6.421	36.641	(1)	373.781	2.619	17	327	-	-	-	6	581.436
Reversão da reserva de subvenções	-	-	-	-	-	(7.322)	-	-	-	-	-	-	-	(7.322)
Transferência da reserva de subvenções	-	-	-	-	-	(730)	-	-	-	-	-	-	-	(730)
Subvenções recebidas da União	-	-	-	-	-	1.273	-	-	-	-	-	-	-	1.273
Aumento de capital com incorporação de reserva – AGO de 23 de abril de 1986	111.017	(111.017)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correção monetária	-	111.871	4.445	25.361	(1)	256.148	1.813	13	226	-	-	-	4	399.880
Transferência de reserva especial para pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(553)	-	-	-	553	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.334	14.334
Destinação do lucro líquido:														
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	717	-	11.849	-	-	(12.566)	-
Dividendos propostos (Cz\$ 44,70 por lote de mil ações preferenciais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.321)	(2.321)
Saldos em 31 de dezembro de 1986	161.625	111.871	10.866	62.002	(2)	623.150	4.432	747	-	11.849	-	-	10	986.550
Aumento de capital com incorporação de reserva – AGO de 24 de abril de 1987	111.871	(111.871)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subvenções recebidas da União	-	-	-	-	-	99	-	-	-	-	-	-	-	99
Correção monetária	-	923.554	36.693	209.372	(6)	1.427.678	14.966	2.520	-	40.013	-	-	35	2.654.825
Reversão de reserva de subvenções (Nota 15)	-	-	-	-	-	(1.643.413)	-	-	-	-	-	-	-	(1.643.413)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.300	47.300
Destinação do lucro líquido:														
Constituição de reservas (Nota 16)	-	-	-	-	-	-	-	2.365	-	-	5.985	21.190	(29.540)	-
Dividendos propostos (Nota 14)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.760)	(17.760)
Saldos em 31 de dezembro de 1987	<u>273.496</u>	<u>923.554</u>	<u>47.559</u>	<u>271.374</u>	<u>(8)</u>	<u>407.514</u>	<u>19.398</u>	<u>5.632</u>	<u>-</u>	<u>51.862</u>	<u>5.985</u>	<u>21.190</u>	<u>45</u>	<u>2.027.601</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DOS RECURSOS

(em milhares de cruzados)

	<u>Em 31 de dezembro de 1987</u>	<u>Em 31 de dezembro de 1986</u>
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	47.300	14.334
Mais: Encargos que não representam saída de recursos:		
Depreciação e amortização	79.031	33.949
Variações monetárias de financiamentos a longo prazo	231.920	19.243
Correção monetária de impostos e encargos a longo prazo	17.893	4.260
Correção monetária (patrimônio líquido menos ativo permanente)	291.465	10.476
Provisão para riscos contratuais – longo prazo	7.495	777
	<u>675.104</u>	<u>83.039</u>
Menos: Receitas que não representam ingresso de recursos:		
Correção monetária de ativos realizáveis a longo prazo	<u>(635.913)</u>	<u>(5.376)</u>
	39.191	77.663
Mais: Variação de resultado de exercícios futuros	<u>2.449</u>	<u>5.166</u>
	<u>41.640</u>	<u>82.829</u>
Dos acionistas		
Créditos para aumento de capital	<u>42.228</u>	<u>42.063</u>
De outras fontes		
Aumento do exigível a longo prazo		
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral		
Pesquisas com cláusula de risco	107.821	10.858
Pesquisas sem cláusula de risco	43	5.031
Pesquisas próprias financiadas	-	16.518
Outros	<u>80.884</u>	<u>4.446</u>
	<u>188.748</u>	<u>36.853</u>
Recursos para projetos de pesquisa e avaliação de substâncias minerais		
Recursos recebidos	249.500	76.086
Despesas administrativas	(13.868)	(2.984)
Encargos financeiros	(3.320)	(715)
Outros	<u>(2.461)</u>	<u>94</u>
	<u>229.851</u>	<u>72.481</u>
Financiamentos	<u>12.118</u>	<u>19.406</u>
Subvenções – Recursos do Programa de Mobilização Energética	<u>99</u>	<u>1.273</u>
Baixa de itens do ativo imobilizado	<u>51.262</u>	<u>45.345</u>
Redução do realizável a longo prazo		
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral		
Financiamento à pesquisa mineral	20.750	21.303
Outros	16.624	1.418
	<u>40.278</u>	<u>1.260</u>
	<u>77.652</u>	<u>23.981</u>
Impostos e encargos a longo prazo	<u>-</u>	<u>6.003</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u><u>643.598</u></u>	<u><u>330.234</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS

(em milhares de cruzados)

	<u>Em 31 de dezembro de 1987</u>	<u>Em 31 de dezembro de 1986</u>
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
Aumento do realizável a longo prazo		
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral – Financiamentos	4.428	9.646
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	196.466	61.158
Financiamentos à pesquisa mineral	–	2.167
Adquirentes de direitos minerais	–	40.666
Outros	5.378	296
	<u>206.272</u>	<u>113.933</u>
 Redução do exigível a longo prazo		
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral	25.563	27.125
Financiamentos – Transferências para o circulante	192.846	25.076
Impostos e encargos – Transferências para o circulante	13.074	3.901
Outros	3.060	–
	<u>234.543</u>	<u>56.102</u>
 Transferência de subvenções – Programa de Mobilização Energética	<u>–</u>	<u>730</u>
 Aumento do ativo permanente		
Imobilizado	103.929	20.339
Diferido	12.936	1.816
	<u>116.865</u>	<u>22.155</u>
 Dividendos propostos	<u>17.760</u>	<u>2.321</u>
 Ajustes do programa de estabilização econômica que não afetam o capital circulante líquido	<u>–</u>	<u>98</u>
 TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u><u>575.440</u></u>	<u><u>195.339</u></u>
 AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u><u>68.158</u></u>	<u><u>134.895</u></u>

	VARIAÇÃO	
	<u>1987</u>	<u>1986</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO REPRESENTADO POR:		
	<u>31.12.87</u>	<u>31.12.86</u>
	<u>31.12.85</u>	
Ativo circulante	843.463	416.448
Passivo circulante	605.500	246.643
Capital circulante líquido	<u>237.963</u>	<u>169.805</u>
	<u>68.158</u>	<u>134.895</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM é uma sociedade por ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764 de 15 de agosto de 1969 e vinculada ao Ministério das Minas e Energia. A CPRM tem por objeto social:

- a) Estimular o descobrimento e intensificar o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do Brasil;
- b) Orientar, incentivar e cooperar com a iniciativa privada na pesquisa e em estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos;
- c) Suplementar a iniciativa privada, em ação estritamente limitada ao campo da pesquisa dos recursos minerais e hídricos;
- d) Dar apoio administrativo e técnico aos órgãos integrantes do Ministério das Minas e Energia;
- e) Incentivar a lavra mineral, mediante associação com cessionários de seus trabalhos de pesquisa.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão elaboradas e apresentadas com a observância dos dispositivos constantes da Lei nº 6404/76, complementados pelas disposições emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

No exercício findo em 31 de dezembro de 1987 a Companhia não está apresentando as demonstrações financeiras complementares (pela correção integral), instituídas pela Instrução CVM nº 64 de 19 de maio de 1987. Esse procedimento foi adotado porque o artigo 21 da referida Instrução dispõe que é facultativa a sua aplicação no 1º exercício de sua vigência para as companhias abertas com valores mobiliários admitidos à negociação exclusivamente no mercado de balcão.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 1986, que anteriormente foram publicadas contendo a segregação das operações e dos eventos ocorridos até e após 28 de fevereiro de 1986, estão sendo publicadas sem essa segregação. É a seguinte a composição das principais rubricas da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 1986:

	01.03.86 a 31.12.86	01.01.86 a 28.02.86	Total
	Cz\$ mil	Cz\$ milhões	Cz\$ mil
Receita líquida das vendas de serviços	579.764	99.774	679.538
Lucro Bruto	292.995	42.194	335.189
Despesas operacionais	195.967	75.124	271.091
Lucro (prejuízo) operacional	97.028	(32.930)	64.098
Item extraordinário – débito	(39.090)	–	(39.090)
Lucro (prejuízo) líquido do período	47.226	(32.892)	14.334

NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

- a) Os efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras estão reconhecidos no resultado do exercício, mediante:
 - Correção monetária dos elementos componentes do ativo permanente e do patrimônio líquido, com base nas variações de valor da OTN – Obrigação do Tesouro Nacional.
 - Atualização monetária dos direitos e obrigações sujeitos, legal ou contratualmente, a correção monetária ou a variação cambial.
- b) Os títulos e valores mobiliários estão registrados ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até a data do balanço.
- c) A provisão para créditos de liquidação duvidosa está calculada em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.
- d) Os financiamentos a empresas de mineração para aplicação em empreendimentos específicos de pesquisa mineral, quando concedidos sem cláusula de risco, são registrados em contas do ativo circulante e/ou do ativo realizável a longo prazo; quando a CPRM participa do risco da pesquisa, são registrados em conta do ativo realizável a longo prazo, até que seja apurado o resultado final da pesquisa.
- e) Os custos com pesquisas próprias são acumulados em conta do ativo circulante e/ou realizável a longo prazo, até o conhecimento do resultado da pesquisa. No caso de pesquisas bem-sucedidas, os direitos minerais relativos às jazidas são negociados pela CPRM. Os custos das pesquisas malsucedidas são lançados à despesa do exercício em que o resultado negativo da pesquisa é conhecido.

- f) Os materiais em almoxarifado estão, em geral, registrados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao de reposição.
- g) A provisão para riscos contratuais está constituída com base na estimativa das perdas potenciais que possam ocorrer nas operações de financiamentos com cláusula de risco concedidos pela Companhia às empresas de mineração.
- h) As inversões financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionais ao tempo decorrido até o final do exercício.
- i) Os investimentos estão registrados ao custo corrigido monetariamente.
- j) Os bens componentes do ativo imobilizado em uso estão registrados ao valor de aquisição, incorporação e/ou construção e corrigidos monetariamente.
- l) As depreciações dos bens do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, em função do tempo de vida útil dos bens, e corrigidas monetariamente. As maiores taxas de depreciação praticadas pela CPRM são as seguintes:

Imóveis	4% a.a.
Equipamentos:	
Operação	5% a.a.
Transporte	10% a.a.
Diversos	10% a.a.

No exercício de 1987 foi contabilizada uma parcela de depreciação de Cz\$ 79.022 mil (Cz\$ 26.165 mil em 1986), apropriada aos custos operacionais, administrativos e de pesquisas próprias, com base na aplicação dos bens componentes do ativo imobilizado.

- m) As imobilizações em curso estão registradas ao custo corrigido.
- n) O diferido está registrado ao custo corrigido monetariamente.
- o) A provisão para imposto de renda é reconhecida pelo valor total do imposto devido, sem exclusão das parcelas referentes aos incentivos fiscais previstos na legislação em vigor. Essas parcelas de incentivos fiscais são contabilizadas em conta de ativo circulante, em contrapartida de conta de reserva de capital, à medida em que vão sendo pagas as parcelas correspondentes do imposto devido.

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER

	Cz\$ mil	
	<u>31.12.87</u>	<u>31.12.86</u>
Serviços faturados e a faturar	305.165	182.883
Outros valores a receber	<u>211.916</u>	<u>41.002</u>
	517.081	223.885
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(9.378)</u>	<u>(2.446)</u>
	<u><u>507.703</u></u>	<u><u>221.439</u></u>

NOTA 5 – MATERIAIS

	Cz\$ mil	
	<u>31.12.87</u>	<u>31.12.86</u>
Almoxarifado	63.233	21.536
Minérios de lavra experimental	<u>11.999</u>	<u>1.607</u>
	<u><u>75.232</u></u>	<u><u>23.143</u></u>

NOTA 6 – ADQUIRENTES DE DIREITOS MINERAIS – LONGO PRAZO

Sob este título estão registrados os créditos a receber da Companhia Energética de São Paulo – CESP provenientes da cessão de direitos minerais efetuada, em caráter irrevogável e irretratável, pela CPRM nos termos definidos na “Escritura de Cessão de Direitos Minerais” firmada entre as partes em 24 de setembro de 1986.

Os direitos minerais cedidos à CESP são resultantes de pesquisas bem-sucedidas de “turfa”, realizadas pela Companhia, em uma área de 2.730 hectares do “Projeto Caçapava”, localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa já foram aprovados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM.

As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética.

Os créditos são corrigidos monetariamente com base na variação da OTN. O montante da correção monetária em 1987 foi de Cz\$ 151.393 mil, creditado à conta de Receitas financeiras.

NOTA 7 – IMOBILIZADO

	Cz\$ mil	
	<u>31.12.87</u>	<u>31.12.86</u>
Imóveis	297.430	67.945
Equipamentos:		
Operação	1.757.684	377.548
Transporte	182.433	39.172
Diversos	251.762	54.062
Direito do uso de telefone	5.365	1.130
Documentação, museus e objetos de arte	11.178	2.404
	<u>2.505.852</u>	<u>542.261</u>
Depreciações acumuladas	<u>(1.434.402)</u>	<u>(265.311)</u>
	1.071.450	276.950
Imobilizações em curso	<u>172.342</u>	<u>18.267</u>
	<u><u>1.243.792</u></u>	<u><u>295.217</u></u>

Em 31 de dezembro de 1987, equipamentos e instalações no valor de aproximadamente Cz\$ 391.090 mil (31.12.86 – Cz\$ 67.144 mil) encontravam-se fora de uso temporariamente e tiveram suas depreciações descontinuadas.

NOTA 8 – DIFERIDO

Refere-se a gastos com pesquisas de substâncias minerais, realizados com recursos provenientes do Programa de Mobilização Energética, nos termos de convênios firmados com a Secretaria Geral do Ministério das Minas e Energia.

Esses gastos são acumulados até o conhecimento do resultado das respectivas pesquisas. No caso de pesquisas bem-sucedidas, os direitos minerais relativos às jazidas são negociados pela CPRM e os correspondentes gastos computados no resultado do exercício. No momento em que o resultado negativo das pesquisas é conhecido, os gastos acumulados são eliminados contra os correspondentes recursos, recebidos da União, registrados em conta de "Reserva de Subvenções".

NOTA 9 – FINANCIAMENTOS A PAGAR

	Cz\$ mil			
	31.12.87		31.12.86	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Em moeda nacional (1)	59.904	4.000	10.232	25.011
Em moeda estrangeira (2)	107.303	114.378	19.541	42.176
	<u>167.207</u>	<u>118.378</u>	<u>29.773</u>	<u>67.187</u>

- (1) Sujeitos a juros de 12% ao ano e correção monetária calculada de acordo com a variação do valor da OTN. O prazo final de resgate é 1989.
- (2) Correspondem a US\$ 3,068 mil em 31.12.87 (US\$ 4,131 mil em 31.12.86). Estão sujeitos às seguintes taxas anuais de juros:
- 4%, 8% e 18,50%.
 - 0,875% acima da LIBOR (London Interbank Offered Rate).
 - 7,75% e 2% acima da Prime Rate adotada pela instituição financeira.

As amortizações far-se-ão até 1990. Em garantia dos financiamentos foram oferecidos: caução de títulos, aval do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e alienação fiduciária dos bens.

NOTA 10 – FUNDO FINANCEIRO DE PESQUISA MINERAL

Nos termos dos Decretos-Leis nºs 1.297/73 e 1.387/75, os recursos da União provenientes desse Fundo, bem como as receitas financeiras eventuais correspondentes, destinam-se a aplicação em pesquisas próprias e em financiamentos a empresas de mineração para pesquisas geológicas e tecnológicas de substâncias minerais. As aplicações e a forma de retorno desses recursos estão apresentadas no balanço, como segue:

- Em contas do ativo circulante e realizável a longo prazo, pelos valores desembolsados ou custos incorridos, segundo procedimentos descritos na Nota 3, itens d) e e).
- Em contas do passivo exigível a longo prazo pelo registro dos recursos recebidos e receitas correspondentes, menos as aplicações, os encargos e as despesas de administração, em subcontas específicas do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral.

Os valores apresentados nas contas do ativo circulante, realizável a longo prazo e exigível a longo prazo, dependendo do resultado da pesquisa, são aplicados como segue:

Pesquisas bem-sucedidas:

Os valores correspondentes, registrados nas contas específicas do exigível a longo prazo, são transferidos para uma conta de "Crédito da União para futuro aumento de capital".

Pesquisas malsucedidas:

Os valores correspondentes, registrados nas contas do ativo (circulante e realizável a longo prazo) e exigível a longo prazo são eliminados entre si.

Em 28 de dezembro de 1987, a Companhia concretizou operação de venda, à empresa privada Companhia de Cimento Portland Poty, de direitos decorrentes de pesquisa de calcário em uma área de 1.000 hectares, localizada no município de Aveiro, no Estado do Pará. O valor de venda foi de Cz\$ 52.299 mil, recebido integralmente à vista no ato da operação. As pesquisas foram desenvolvidas com recursos do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral. O resultado líquido da operação foi de Cz\$ 52.284 mil, que está apresentado na demonstração de resultado sob o título de Receitas de prestação de serviços e de operações de pesquisa.

NOTA 11 – PESQUISA E AVALIAÇÃO DE DEPÓSITOS DE SUBSTÂNCIAS MINERAIS

Os convênios SG nº 06/81 de 10 de abril de 1981, SG nº 05/82 de 22 de janeiro de 1982, SG nº 03/83 de 25 de janeiro de 1983, SG nº 01/84 de 09 de janeiro de 1984, SG nº 01/85 de 09 de janeiro de 1985 e SG nº 01/86 de 24 de fevereiro de 1986 e o contrato SG nº 01/87 de 11 de fevereiro de 1987, firmados entre a Companhia e a Secretaria Geral do Ministério das Minas e Energia – MME, estabeleceram as condições de repasses, à CPRM, dos recursos orçamentários consignados no Orçamento da União, para aplicações em projetos de pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais. As aplicações são feitas em pesquisas próprias e em financiamentos a empresas de mineração, sendo registradas no ativo circulante e no realizável a longo prazo, pelos valores desembolsados ou pelos custos incorridos, segundo procedimentos descritos na Nota 3 – itens d) e e). Os rendimentos de juros e correção monetária dos financiamentos concedidos, bem como os rendimentos das aplicações financeiras temporárias de recursos, são computados no resultado da CPRM.

NOTA 12 – CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

O montante apresentado sob este título está composto como segue:

	Cz\$ mil	
	<u>31.12.87</u>	<u>31.12.86</u>
União – Lei nº 7544/86 (*)	19.500	–
União – Lei nº 7420/85 (*)	64.500	42.000
União – D.L.'s nºs 1297/73 e 1387/75	753	524
União – Lei nº 5874/73	6	62
Outros	<u>83</u>	<u>27</u>
	<u><u>84.842</u></u>	<u><u>42.613</u></u>

(*) – Referem-se a recursos recebidos pela CPRM nos exercícios de 1986 e 1987, nos termos da Lei nº 7420 de 17 de dezembro de 1985, e da Lei nº 7544 de 03 de dezembro de 1986, que estabeleceram o Orçamento Geral da União para os exercícios financeiros de 1986 e 1987. Esses recursos deverão ser considerados como aumento da participação da União em futuro aumento de capital da CPRM.

NOTA 13 – RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Sob este título estão registradas as receitas de Cz\$ 78.857 mil (Cz\$ 61.573 mil em 1986), deduzidas dos correspondentes custos de Cz\$ 42.327 mil (Cz\$ 27.492 mil em 1986), referentes a contratos de empreitadas de serviços cuja execução será feita a longo prazo. As receitas e os custos vêm sendo apropriados ao resultado em função da efetiva execução física das obras, em obediência ao regime de competência.

NOTA 14 – CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS

Por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 10 de julho de 1987, o grupamento de ações na proporção de uma ação para cada mil existentes, de que trata a Instrução CVM 56/86, foi precedido de um desdobramento na proporção de 10 ações para cada uma existente. Dessa forma, em 31 de dezembro de 1987 o capital social integralizado está representado por 3.670.952 ações (367.095.333 em 1986), sendo 3.275.547 ordinárias (327.554.799 em 1986) e 395.405 preferenciais (39.540.534 em 1986), todas nominativas e sem valor nominal. As ações ordinárias têm direito a voto e são inconversíveis em ações preferenciais. As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias, não dão direito a voto, mas garantem prioridade no caso de reembolso do capital e na distribuição de dividendo mínimo de 6% sobre o valor da respectiva participação no capital. As ações preferenciais participam, não-cumulativamente, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos dividendos quando superiores ao percentual mínimo que lhes é assegurado. As transferências de ações de propriedade da União e a subscrição, por outros acionistas, de aumentos de capital, não poderão importar em reduzir a menos de 51% a participação da União no capital votante. Os acionistas terão direito a dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações.

O dividendo proposto no exercício de 1987 é demonstrado como segue:

	<u>Cz\$ mil</u>
Lucro líquido do exercício	47.300
Menos: Reserva legal	<u>2.365</u>
Lucro básico ajustado para cálculo do dividendo, conforme estatutos	<u><u>44.935</u></u>

O dividendo obrigatório pode ser demonstrado como segue:

	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>
	<u>Cz\$ mil</u>	<u>Cz\$ mil</u>	<u>Cz\$ mil</u>
Com base no lucro ajustado – 25% de Cz\$ 44.935	10.024	1.210	11.234
Parcela complementar, para destinar aos acionistas preferenciais um dividendo mínimo na base de 6% sobre o valor da respectiva participação no capital corrigido monetariamente	–	6.526	6.526
	<u>10.024</u>	<u>7.736</u>	<u>17.760</u>
Dividendo proposto	<u>10.024</u>	<u>7.736</u>	<u>17.760</u>
Dividendo por ação – Cz\$	<u>3,060</u>	<u>19,565</u>	

NOTA 15 – RESERVA DE CAPITAL – SUBVENÇÕES

Como “Reserva de Subvenções” estão apresentados os valores recebidos da União e aplicados no Programa de Mobilização Energética, conforme convênios firmados entre a Secretaria Geral do Ministério das Minas e Energia e a Companhia.

A contrapartida desses valores está debitada parte ao diferido – Cz\$ 332.646 mil (Cz\$ 606.056 mil em 31.12.86) e parte ao imobilizado – Cz\$ 74.868 mil (Cz\$ 17.094 mil em 31.12.86).

Em 1987, com base em estudos e conclusões das áreas técnicas da Companhia, foram baixados contra a reserva os custos acumulados no ativo diferido referentes a pesquisas que foram consideradas malsucedidas, no montante de Cz\$ 1.643.413 mil.

NOTA 16 – RESERVAS DE LUCROS

a) A Reserva Legal é constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social corrigido monetariamente (Artigo 193 da Lei nº 6404/76).

b) A Reserva Especial foi constituída no exercício de 1985, pelo montante correspondente ao dividendo obrigatório das ações preferenciais, de acordo com o disposto nos parágrafos 4º e 5º do Artigo 202 da Lei nº 6404/76. Em 31 de dezembro de 1986, o valor da referida reserva, corrigido monetariamente, foi revertido para lucros acumulados e computado integralmente como parcela do dividendo proposto.

c) A Reserva de Lucros a Realizar foi constituída em 1986, conforme facultado pelo Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, com base em parcela do lucro líquido do exercício decorrente de lucro em cessão de direitos minerais, que são realizáveis a longo prazo. Essa reserva tem o objetivo de equalizar o pagamento de dividendos relativos a lucros economicamente existentes, mas ainda não financeiramente realizados, com a sua realização. Quando realizados, serão revertidos para os lucros acumulados e computados na base de cálculo do dividendo estatutário obrigatório. Em 1987 não houve realização financeira do lucro que deu origem à constituição da reserva.

d) A Reserva de Desenvolvimento Tecnológico foi constituída com base no Artigo 61 dos Estatutos Sociais da Companhia, na base de 0,5% do capital social corrigido monetariamente. É destinada ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Companhia. O saldo acumulado dessa reserva não poderá exceder de 5% do capital social integralizado.

e) A Reserva de Retenção de Lucros foi constituída com fundamento no Artigo 196 da Lei nº 6404/76, com o objetivo de permitir à Companhia a manutenção de recursos para fazer face ao programa de investimentos em capital fixo previsto no orçamento denominado PDG – Programa de Dispêndios Globais, aprovado pela SEST, para o exercício de 1988, em 14 de dezembro de 1987. Esse programa prevê investimentos da ordem de Cz\$ 211.072 mil, assim sumarizados:

	<u>Cz\$ mil</u>
Importação de bens de capital	20.000
Bens importados adquiridos no mercado interno	5.000
Compra de bens nacionais	144.072
Reformas de máquinas e equipamentos	40.000
Obras, instalações e edificações	<u>2.000</u>
	<u><u>211.072</u></u>

Esses investimentos deverão ser totalmente custeados com recursos próprios representados por retenção de Cz\$ 21.190 mil de parcela do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 1987 e com recursos a serem gerados em 1988. As parcelas de reservas de lucros constituídos no exercício foram as seguintes:

	<u>Cz\$ mil</u>
Reserva legal	2.365
Reserva de desenvolvimento tecnológico	5.985
Reserva de retenção de lucros	<u>21.190</u>
	<u><u>29.540</u></u>

NOTA 17 – DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	<u>Cz\$ mil</u>	
	<u>31.12.87</u>	<u>31.12.86</u>
Despesas:		
Variações cambiais e monetárias	377.907	39.891
Juros e outras	58.464	15.881
	<u>436.371</u>	<u>55.772</u>
Receitas:		
Variações cambiais e monetárias	344.874	19.675
Juros e outras	5.706	4.731
	<u>350.580</u>	<u>24.406</u>
Valor líquido	<u><u>85.791</u></u>	<u><u>31.366</u></u>

NOTA 18 – ITEM EXTRAORDINÁRIO DEBITADO AO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1986

Em 1986, a Diretoria, após aprofundados estudos e considerando a melhor conveniência técnica e financeira para a Companhia, decidiu desistir da continuação de um processo de importação de equipamentos canadenses, iniciado em 1982, que montaria em cerca de US\$ 4 milhões.

Como consequência, foram baixados em 1986 os custos que vieram sendo acumulados nessa conta de importações em andamento até o final de 1985.

O valor baixado foi considerado como um item extraordinário na demonstração do resultado, por não se referir a um fator de medição do desempenho da empresa naquele exercício.

NOTA 19 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos dirigentes e empregados.

No final do exercício de 1987 a maior e a menor remuneração mensal pagas a empregados ocupantes de cargos permanentes, foram de Cz\$ 120.012,00 e Cz\$ 4.245,00, respectivamente, sendo o salário médio de Cz\$ 26.535,00.

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em dezembro de 1987 correspondeu a Cz\$ 135.028,00 e a menor a Cz\$ 133.223,00.

NOTA 20 – COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os ativos. Os principais seguros mantidos pela empresa são os seguintes em 31 de dezembro de 1987:

<u>Modalidade</u>	<u>Objeto</u>	<u>Valor segurado Cz\$ mil</u>
Incêndio	Edifícios	180.704
Incêndio	Máquinas e equipamentos	734.818
Incêndio	Estoque de materiais	117.920

PARECER DOS AUDITORES

Ilmos. Srs.
Diretores da
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM levantado em 31 de dezembro de 1987 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com os padrões de auditoria geralmente aceitos e, conseqüentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.
2. Anteriormente, examinamos e emitimos nosso parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 1986, cujos valores estão apresentados para fins de comparação.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM em 31 de dezembro de 1987 e o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1988

BOUCINHAS, CAMPOS & CLARO S/C
CRC.SP – 5.528 – S – RJ

Nilton Claro
Contador – CRC-RJ-10.316-5.

PARECERES DO CONSELHO FISCAL

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório dos Administradores, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1987, já devidamente apreciadas e com parecer favorável dos auditores independentes, Boucinhas, Campos & Claro S/C, declaram a constatação da regularidade das contas e operações da Companhia no referido exercício.

Opinam, favoravelmente, sobre a proposta da Diretoria Executiva, quanto:

- I – Constituição da Reserva Legal de 5%, no montante de Cz\$ 2.365.028,34 (dois milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, vinte e oito cruzados e trinta e quatro centavos) de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6404/76;
- II – Pagamento de dividendos aos acionistas detentores de ações preferenciais e ordinárias (Artigos 202 e 203 da Lei nº 6404/76 e Artigo 10 § 3º, 4º e 5º do Estatuto da CPRM), na seguinte forma:

1 – 6% sobre sua participação no Capital Social aos detentores de ações preferenciais	Cz\$ 7.736.256,99
2 – 25% do lucro líquido rateado sobre sua participação no Capital Social aos detentores de ações ordinárias	Cz\$ 10.023.862,21
Total:	<u>Cz\$ 17.760.119,20</u>
- III – Constituição de Reserva Especial de 0,5% sobre o Capital Social Integralizado, corrigido, destinado ao custeio de programas de pesquisas e de desenvolvimento tecnológico da Companhia na forma do Artigo 61 do Estatuto da CPRM, no valor de Cz\$ 5.985.246,35 (cinco milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e seis cruzados e trinta e cinco centavos);
- IV – Constituição de uma Reserva para Investimentos, no valor de Cz\$ 21.190.172,89 (vinte e um milhões, cento e noventa mil, cento e setenta e dois cruzados e oitenta e nove centavos), na forma do Artigo 196 da Lei nº 6404/76, para fazer face a parte do Programa de Investimentos da Companhia previsto no Programa de Dispêndios Globais, devidamente aprovado pela SEST.

SOBRE O AUMENTO DE CAPITAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado a proposta dos Administradores para aumento do Capital Social Integralizado de Cz\$ 273.495.510,81 (duzentos e setenta e três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e dez cruzados e oitenta e um centavos) para Cz\$ 1.515.981.629,32 (hum bilhão, quinhentos e quinze milhões, novecentos e oitenta e um mil, seiscentos e vinte e nove cruzados e trinta e dois centavos), mediante a capitalização de Cz\$ 923.553.758,59 (novecentos e vinte e três milhões, quinhentos e cinqüenta e três mil, setecentos e cinqüenta e oito cruzados e cinqüenta e nove centavos), decorrentes da “correção monetária do capital”, durante o ano de 1987, de acordo com o Artigo 167 da Lei nº 6404/76, e de incorporação de Reservas de Capital, no montante de Cz\$ 318.932.359,92 (trezentos e dezoito milhões, novecentos e trinta e dois mil, trezentos e cinqüenta e nove cruzados e noventa e dois centavos), de acordo com o Artigo 200, item IV da Lei nº 6404/76, assim distribuídas: Correção Monetária do Ativo Imobilizado, no valor de Cz\$ 47.558.625,08 (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinqüenta e oito mil, seiscentos e vinte e cinco cruzados e oito centavos) e Manutenção do Capital de Giro, no valor de Cz\$ 271.373.734,84 (duzentos e setenta e um milhões, trezentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e quatro cruzados e oitenta e quatro centavos), com a respectiva alteração do Artigo 15 do Estatuto da Companhia.

Adicionalmente, é proposta a correção da expressão do Capital Autorizado de Cz\$ 349.599.605,79 (trezentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinco cruzados e setenta e nove centavos) para Cz\$ 1.937.825.518,33 (hum bilhão, novecentos e trinta e sete milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e dezoito cruzados e trinta e três centavos), sendo Cz\$ 1.180.545.994,96 (hum bilhão, cento e oitenta milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e quatro cruzados e noventa e seis centavos), relativos à Correção Monetária, e Cz\$ 407.679.917,58 (quatrocentos e sete milhões, seiscentos e nove mil, novecentos e dezessete cruzados e cinqüenta e oito centavos) para manter a proporcionalidade existente em dezembro de 1986 entre o Capital Autorizado e o Capital Realizado, de acordo com o Artigo 168 § 2º, da Lei nº 6404/76, com a alteração do parágrafo único do Artigo 15 do Estatuto da CPRM, aprovam-nas por estarem de acordo com a Lei nº 6404/76.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1988.

DOMINGOS MARQUES GRELO

JERONYMO MACHADO SOBRINHO

ROBERTO FARIAS DE MENEZES